



*Supremo Tribunal Federal*

Ofício Circular nº 7/2024

Brasília, 8 de maio de 2024.

Aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal

Reclamação nº 61876

RECLTE.(S) : R.C.G.C. REPRESENTADA POR M.S.G.N.F.  
ADV.(A/S) : GLAUBER MENDONCA ROCHA (116742/MG)  
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAPUCAIA  
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

Senhor(a) Procurador(a)-Geral de Justiça,

Comunico a Vossa Excelência que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado nos termos da certidão de cópia anexa.

Solicito-lhe que adote as providências cabíveis para ciência do referido ato decisório aos Promotores de Justiça que exerçam competência relacionada a infância e juventude, com os quais mantenha vinculação administrativa.

Informo que o inteiro teor do acórdão (processos públicos) poderá ser consultado no sítio eletrônico desta Corte ([www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br) – menu jurisprudência), após sua publicação.

Atenciosamente,

**Ministro Alexandre de Moraes**  
Presidente da Primeira Turma  
*Documento Assinado Digitalmente*

**PRIMEIRA TURMA****CERTIDÃO DE JULGAMENTO****RECLAMAÇÃO 61.876**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECLTE.(S) : R.C.G.C. REPRESENTADA POR M.S.G.N.F.

ADV.(A/S) : GLAUBER MENDONCA ROCHA (116742/MG)

RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAPUCAIA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

**CERTIFICO** que a Egrégia **PRIMEIRA TURMA**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada por videoconferência (Resolução nº 672/2020), nesta data, proferiu a seguinte decisão:

**Decisão:** A turma, por unanimidade, julgou improcedente a reclamação, nos termos do voto da Relatora, com ressalvas do Ministro Flávio Dino. Sem alterar a conclusão jurídica apresentada neste caso, considerando a relevância da matéria em questão, fixou as seguintes condições, a par das existentes na Súmula Vinculante n. 11, quando se tratar, como na espécie, de uso de algemas por menor: **a)** apreendido o menor e não sendo o caso de liberação, seja ele encaminhado ao representante do Ministério Público competente, nos termos do art. 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que deverá avaliar e opinar sobre a eventual necessidade de utilização de algemas que possa ter sido apresentada pela autoridade policial que estiver realizando a diligência em questão; **b)** que, nos termos do § 1º do art. 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo possível a apresentação imediata do menor ao Ministério Público, seja ele encaminhado para entidade de atendimento especializada, que deverá apresentá-lo em vinte e quatro horas ao representante do Ministério Público; **c)** nas localidades em que não houver entidade de atendimento especializada para receber o menor apreendido, fique ele aguardando a apresentação ao representante do Ministério Público em repartição policial especializada e, na falta desta, em dependência separada da destinada a maiores, nos termos do § 2º do art. 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo assim permanecer por mais de vinte e quatro horas; **d)** apresentado o menor ao representante do Ministério Público e emitido o parecer sobre a eventual necessidade de utilização das algemas, seja essa questão submetida à autoridade judiciária que deverá se manifestar de forma motivada sobre a matéria no momento da audiência de apresentação do menor; **e)** seja remetido ao Conselho Tutelar para se manifestar sobre as providências relatadas pela autoridade policial, para decisão final do Ministério Público; **f)** seja remetida a conclusão do presente julgamento ao Conselho Nacional

de Justiça para adoção de providências, incluídas normativas infralegais, para fins de execução; **g)** seja remetida a conclusão do presente julgamento aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, para fins de encaminhamento a todas as autoridades judiciais que exerçam a competência relacionada a infância e juventude; e **h)** seja remetida a conclusão do presente julgamento aos Procuradores-Gerais de Justiça, para fins de encaminhamento a todos os Promotores de Justiça que exerçam a competência relacionada a infância e juventude. Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 7.5.2024.

Presidência do Senhor Ministro Alexandre de Moraes. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Luiz Gustavo Silva Almeida  
Secretário da Primeira Turma